

LITERATURA COMPARADA. IMAGINAR, INTERROGAR

RITA MARNOTO

1. UM FANTASMA

NA INTRODUÇÃO AO SEU MANUAL, *La littérature générale et comparée*, Daniel-Henri Pageaux recorda, ironicamente, a história de Madame du Deffand, que não acreditava em fantasmas, mas tinha medo deles. Vem isto a propósito do espaço transversal ocupado pela literatura comparada, um espaço que, nos nossos dias, se continua a alargar por novos âmbitos, em constante desenvolvimento e reformatação. Essa feição metamórfica não pode deixar de colocar múltiplas dificuldades a qualquer tentativa de sistematização de campo. Nesse quadro, a via hermenêutica tem vindo a ser frequentemente apresentada como modo de acautelar a fidelidade à situação e o bom senso das interpretações. Isto sem esquecer que Hermes, a divindade mediadora entre os deuses e os homens, os mortos e os vivos, era também ladrão, mentiroso e intriguista. Bem se compreendem, pois, as perplexidades partilhadas por Pageaux e por Madame du Deffand, ao confrontarem-se com uma área disciplinar tutelada por um pagão, que tanto descobre, como encobre a verdade.

Nas últimas décadas, a literatura comparada tem sofrido uma franca expansão, pelo que diz respeito quer aos domínios de pesquisa em que se inscreve, quer ao lugar que ocupa nos *curricula* e, de uma forma mais abrangente, no contexto institucional.

No campo disciplinar, têm-se vindo a desenvolver, pelas suas encostas, áreas de investigação de grande sucesso, como a tradutologia, os estudos interartes, os estudos coloniais, pós-coloniais, de género e vários

Retomo investigações realizadas para provas de agregação, no intuito de as dar a conhecer a um público mais vasto.

outros âmbitos ligados ao culturalismo. A relação que cada um deles mantém, por um lado, com a literatura comparada, e, por outro lado, com a linguística e as ciências sociais, vai sendo negociada, caso a caso, nas rubricas do *import* e do *export*, pelo menos quando os registos não são lacunares.

Não restam dúvidas de que os novos planos de estudo lhe concedem um espaço mais amplo, com a criação de disciplinas como Estudos Interartes, Estudos Culturais, Estudos Luso-Italianos ou, especificamente, Literatura Comparada. Muitas dessas matérias ficam, porém, confinadas a itens de opção, e, como tal, sujeitas às contingências da ordem do dia. Apesar disso, a sua leccionação é extremamente ambicionada, pela parte de docentes com a mais diversa proveniência disciplinar. Mas não funciona, na Universidade de Coimbra, um primeiro ciclo em comparatística, ou por escassez de público e de recursos, ou pelo adiamento do debate em torno da razão de ser da consagração de um primeiro ciclo a essa matéria. Não restam dúvidas de que a integração europeia e o processo de Bolonha têm vindo a possibilitar um confronto mais próximo com outras geografias. Essa aproximação é vital para o estudo de uma literatura que, como a portuguesa, sempre seguiu tendências, movimentos, correntes e autores ligados a países estrangeiros. Tem-se hoje uma noção muito clara de que um conhecimento mais profundo da literatura portuguesa só pode ser alcançado por essa via, e de que, como tal, as pesquisas em torno de certas áreas, como a canonicidade do classicismo, necessitam absolutamente dessa interface.

Pelo que diz respeito às relações entre Portugal e Itália, sedimentaram-se, nos últimos anos, várias iniciativas institucionais, com a edição de uma nova série da revista *Estudos Italianos em Portugal*, que vai no quarto número anual, a criação da colecção *Leonardo*, a realização dos *Encontros de Italianística*, que vão na sua quinta edição, ou a participação portuguesa na *BiGLLI – Bibliografia generale della lingua e della letteratura italiana*. O Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra organiza ou participa em todas estas iniciativas, sendo aquela revista dirigida e patrocinada pelo Instituto Italiano de Cultura de Lisboa, a série *Leonardo* apoiada pela Fundação Calouste Gulbenkian e este índice publicado pela casa Salerno, com a colaboração da UNESCO. Num âmbito mais lato,

recorde-se o trabalho levado a cabo pelo Centro de Estudos Sociais, laboratório associado, com sede em Coimbra, pelo Centro de Literatura Comparada, que funciona na Faculdade de Letras de Lisboa, ou pela Associação Portuguesa de Literatura Comparada, sob pena de omitir tantas outras instituições de relevo.

Contudo, quem atentar na recente *Letteratura comparata*, de Nicola Gardini, ficará profundamente insatisfeito com o espaço que, entre as tantas literaturas que dão lastro ao volume, é reservado às literaturas de língua portuguesa. E ainda mais o ficará ao folhear, sem resultados concretos, as 1124 páginas do décimo segundo volume da *Storia della letteratura italiana* da editora Salerno, intitulado, *La letteratura italiana fuori d'Italia*. Por sua vez, um estudante que não conheça o idioma italiano, ou até qualquer pessoa interessada em aceder a um compêndio de literatura italiana em língua portuguesa, não têm essa oportunidade. Em Portugal, os manuais de literatura italiana editados contam com cerca de meio século, encontram-se desactualizados e estão fora de mercado.

Bem sabemos como o trabalho de pesquisa e formação se confronta com a escassa importância dada à cultura humanística pela nossa sociedade. Se tantas das iniciativas actualmente levadas a cabo são reconduzíveis à preocupação de apresentar índices numéricos que assegurem a sobrevivência de centros e associações, os actuais estilos de vida deixam cada vez menos tempo para a leitura e para a sua fruição, quer se trate de meia dúzia de versos, de um extenso romance, ou de um simples artigo de opinião. Mas quando o professor coloca sobre a mesa textos teóricos, a situação agrava-se, em virtude das resistências logo à partida suscitadas. Uma antipatia que, na primeira oportunidade, transborda sobre os estudos culturais, onde se infiltrará por um esteiro eventualmente dotado de fluidez. Apesar disso, o estatuto de investigador comparatista pode até ser uma meta ambicionada, e é-o tantas vezes, tratando-se de uma etiqueta cómoda, para quem não se quer comprometer com questões nacionais ou áreas departamentais, preferindo situar-se num terreno movediço, que lhe ofereça a possibilidade de se deslocar para uma literatura nacional, ou de se libertar do seu domínio, logo que surgir uma oportunidade conveniente.

O confronto desta aparente ligeireza com a imagem do comparatista, qual estudioso que carrega uma bagagem de excepção com um à

vontade que lhe permite identificar, em dois tempos, o fio condutor do mais complexo dos assuntos, não poderá senão acentuar o desnorde de Madame du Deffand. Quem lê as páginas que Marius-François Guyard ou René Etiemble consagram ao *équipement du comparatiste*, fica surpreendido com o quilate da preparação que lhe é supostamente exigida: convívio com coleções de revistas e arquivos pouco conhecidos, preparação nas áreas da história, da sociologia, da musicologia, das artes plásticas, das *ciências diagonais* e da teoria da literatura, vocação enciclopédica, sensibilidade à beleza literária, conhecimento das línguas e literaturas de vários povos. Com a abertura da comparatística às literaturas do Oriente e às literaturas de países emergentes, como a Índia, a China, a África do Sul ou o Japão, o quadro torna-se ainda mais avassalador. Este é o comprador incómodo. A pesquisa de tão vastas matérias exige-lhe uma dedicação intensa ao trabalho científico, num momento em que as instituições académicas tendem a funcionar, cada vez mais, como redes de administração. O seu olhar penetrante permite-lhe um domínio relacional das matérias informado, versátil e de longo alcance, com uma agudeza que o entrecruzamento dos assuntos parece favorecer. A vastidão dos domínios implicados, quando associada ao polimorfismo da sua prática e a um saber tentacular, converte-o numa sombra omnipresente e numa ameaça para os saberes confinados por barreiras defensivas.

Pero que las hay, las hay.

2. VIAS METODOLÓGICAS

AS TENTATIVAS DE DEFINIÇÃO da literatura comparada, tal como são apresentadas em manuais ou estudos de síntese, continuam a remeter, de uma forma ou de outra, para a conceptualização de Paul Van Tieghem, quando, em 1931, afirmava que, objecto de estudo da literatura comparada, são, fundamentalmente, as obras de diversas literaturas, nas relações que mantêm umas com as outras. Se, por um lado, o crítico francês, autor do primeiro manual que, no século XX, foi dedicado à matéria, não aprofunda a radicação epistemológica da área em foco, por outro lado, a delimitação do seu objecto de estudo é enunciada com uma flexibilidade que lhe permitiu ir resistindo à passagem

do tempo. Ponderadamente, Van Tieghem refere-se, de um modo abrangente, a *obras*, o que poderá implicar contextos, autores, correntes, línguas, e assim sucessivamente, e a literaturas que classifica como *diversas*, evitando enfrentar o problema das nacionalidades, ao mesmo tempo que parece deixar em suspenso um espaço profético, aquele espaço onde, em anos mais recentes, se viria a inscrever a problemática do multiculturalismo, nomeadamente nos termos em que tem vindo a ser desenvolvida pelos estudos culturais.

É sabido que cada texto literário se insere num contexto mais vasto, susceptível de o diferenciar de outros textos e de corroborar uma melhor compreensão da sua especificidade. Mas a consciência de que será simplista padronizá-lo em função de uma geografia política ou de um mapa linguístico é, nos tempos que correm, cada vez mais forte. Na verdade, a abordagem comparatista tende a ser sentida como uma via de indagação absolutamente necessária para o estudo mais aprofundado das chamadas literaturas nacionais. Kafka é o exemplo padrão que continua a ser apresentado pelos manuais de literatura comparada. Para este escritor, o alemão é plataforma comum entre contextos de ordem extremamente diversificada. Encontra-se profundamente ligado à cultura hebraica, que era a da sua família, e ao espírito europeu de início do século, em correlação com a sua formação universitária e com as suas leituras. Teve nacionalidade austríaca, pois a Boémia fazia parte do Império Áustro-Húngaro, mas, a partir de 1919, passou a ser checo. Outro exemplo de transversalidade é o de Antonio Tabucchi, nascido em Itália, mas que possui também nacionalidade portuguesa, e tanto escreve em italiano como em português. Por sua vez, o lastro de línguas como o latim, modalidade de comunicação intelectual intercontinental, desde o tempo do Humanismo até às Luzes, como o português, entre o espaço europeu e os domínios coloniais, ou o inglês, língua do Império, e o espanhol-castelhano, gera zonas de interacção que tornam artificial qualquer tentativa de delimitação de campo com barreiras estanques.

A área italiana possui especificidades que conferem um alto grau de problematicidade à sistematização relacional dentro do seu próprio âmbito. Apesar de a expansão por outros continentes ter deixado gravadas marcas significativas (desde as *jeans* e a Little Italy ao garibaldismo), não teve expressão no plano da ocupação colonial, já que as

relações com os novos mundos se processaram, primordialmente, através do intercâmbio mercantil. Todavia, uma história de sucessivas rupturas e conjunções confere ao seu tecido interno um carácter fortemente compósito. Tomada à letra, uma delimitação rígida dos seus limites políticos, linguísticos ou de outra ordem, poder-nos-ia levar a admitir que um trabalho consagrado a dois poetas essenciais do cânone literário italiano, *i due Guidi*, Guido Guinizzelli, bolonhês, e Guido Cavalcanti, florentino, resvalaria para o domínio da literatura comparada. Integram-se em domínios territoriais cujos poderes são autónomos (Bolonha e Florença), e seguem tradições linguísticas diversificadas. Levado até às suas últimas consequências, este ponto de vista poder-nos-ia conduzir à conclusão de que a literatura italiana só existiria depois de 1861, quando Vittorio Emanuele II unificou, politicamente, a Itália.

A questão continua a ser, na actualidade, motivo de reflexão, em particular pelo que diz respeito ao manejo literário-filológico que da mancha dialectal é levado a cabo. O fenómeno nada deve a contingências. Não estão em causa casos isolados, mas vagas de fundo que movem um público e um mercado editorial massificados. Algumas delas propõem-se, muito simplesmente, recuperar a expressividade dialectal, outras decorrem de propósitos eruditos. Para escrever os poemas depois reunidos em *La meglio gioventù*, Pasolini estudou com grande finura, durante o período em que fez a sua formação académica, na Universidade de Bolonha, o provençal e o casarsese, dialecto falado na sua terra de origem, no Leste dos Friuli. Propunha-se consumir uma ruptura com as convenções vernaculares oitocentistas, que tinham por grande expoente, nos Friuli, o poeta Pietro Zorutti, através da criação de uma nova amálgama linguístico-literária. Ao longo do seu percurso intelectual, interessou-se por essa linha de indagação, que ampliou, com a pesquisa acerca de grandes mitos, e cruzou com o experimentalismo de vanguarda, nos anos da revista *Officina*. Em 1975, publicou uma revisitação da sua própria poesia, em função de uma sensibilidade que acompanhava as convulsões dos tempos, *La nuova gioventù. Poesie friulane 1941-1974*.

Por sua vez, são evidentes os sinais da galáxia de perspectivas que prolifera no seio de um *mare magnum* de metodologias, autores e textos. Neste panorama, é com preserverante labor que vão sendo

regularmente editados manuais de literatura comparada com intuítos sistemáticos e de actualização. Os propósitos de *rappel à l'ordre* ficam patentes na divisão interna e nas sùmulas de instruções para uso nocional, algumas delas muito bem feitas, que neles ficam contidas. Decorrem, de uma forma ou de outra, de um duplo ponto de vista, entre uma grelha de casos de estudo e a apresentação de uma metodologia que possa orientar a análise.

Em *Vergleichende Literaturwissenschaft*, de Manfred Schmeling, são consagrados capítulos distintos, elaborados por vários críticos especializados, à periodização literária; à influência e à estética da recepção; à tematologia; aos géneros literários; à tradução literária; e à relação entre a literatura e as outras artes. Mas, ao concluir a obra, o crítico alemão nota que, para enfrentar os grandes problemas que se colocam à literatura comparada, é necessário ultrapassar comparações pontuais, em prol de uma visão parorâmica fundamentada, pelo que diz respeito quer à periodização literária, quer à indagação de fontes e empréstimos, à estética da tradução, à tematologia, às relações entre literaturas consideradas através da estética da recepção ou aos estudos interartes.

Ao consultarmos um manual mais recente, como *La littérature générale et comparée*, de Daniel-Henri Pageaux, verificamos que a repartição da obra, conquanto pressuponha os avanços entretanto verificados no campo da teoria, segue uma repartição ainda mais fluida, consagrando, contactos e trocas; leituras, onde se inclui a tradução e a recepção crítica; imagens; temas; mitos; formas, géneros e modelos; história e sistema literários; literatura e artes; e, finalmente, investigação e pedagogia. Ao longo do livro, as remissões mútuas mostram-se uma constante, de capítulo para capítulo ou de item para item. Não são tão-só imagens, temas e mitos a erigirem-se em zonas polarizadoras, mas também a teoria da recepção.

Quanto aos manuais de literatura comparada editados em Itália, destaco os dois últimos. O dirigido por Armando Gnisci foca a história comparada da literatura; as Antiguidades europeias; temas e mitos literários; géneros literários; literatura e outras artes; viagens e literatura; tradução literária; imagens do outro, imagologia e estudos interculturais; multiculturalismo, estudos pós-coloniais e descolonização; e feminismo e estudos de género. O de Nicola Gardini considera, como áreas da comparatística, uma tradição articulada entre intextualidade,

cânone, gêneros, temas e motivos; tradução; recepção; estudos culturais; e estudos de gênero. A actualização informativa que caracteriza o primeiro deles, ainda mais acentua quanto em comum têm as novas áreas apresentadas. Por sua vez, no segundo, a parte mais extensa do manual é reservada a *case studies*, organizados em torno de épocas, e de formas e gêneros, seguindo, como tal, uma tendência corrente dos estudos literários e das ciências humanas em geral.

Na verdade, e de um modo ou de outro, todos eles partem de uma abordagem plúrima, cruzando núcleos de ordem semântica (viagens, temas, etc.) com núcleos de ordem literário-teorética (gêneros, formas, etc.) e de ordem metodológica (história da literatura, sociologia da literatura, etc.). Nela se espelha, concomitantemente, a situação de dualidade já descrita por Ruprecht, quando distingue dois planos, o *conformacional*, em função do qual os fenómenos tenderão a ser estudados a partir de uma apreensão intuitiva, e o *institucional*, que decorre da pessoa do investigador e do seu posicionamento em relação ao meio académico. De facto, cada um dos manuais parece privilegiar certos núcleos de autores, obras, literaturas e perspectivas metodológicas específicas. O de Pageaux é recoberto como que por um véu nutrido de um profundo conhecimento da imagologia, o de Gardini centra-se numa área de *case studies* que será familiar ao seu autor, e assim por diante. Outras *défaillances du faire cognitif*, como notava Ruprecht? O comparatista não é, nem pode ser, de modo nenhum, alguém que se afeiçoa a certos objectos de estudo e que vai recorrendo a métodos que se sucedem ao ritmo das ocasiões. Talvez fossem razões dessa índole que levaram Aldridge a proclamar que *method is less important than matter*. Ora, é sabido, pelo menos desde Karl Popper, que uma disciplina científica é um coaglomerado de problemas e de soluções provisórias. Popper mostra muito bem que esse todo é limitado e se encontra em permanente reconstrução.

É a constante disponibilidade para o estudo de objectos muito diversos, que podem não ser dados à partida, e para a escolha de métodos de abordagem específicos, que é dizer, para estabelecer pontes entre áreas do saber e perspectivas de interpretação crítica diversificadas, que é própria da literatura comparada e que fundamenta o seu valor de interrelação.

Por isso, *method is as important as matter*.

3. INTERROGATIVOS

PREOCUPAÇÕES COMO ESTAS POSSUEM, aliás, raízes profundas, que radicam na inquietude com que a teoria crítica se tem vindo a interrogar acerca da literatura comparada. Se Schmeling coloca na base de todo o labor comparatista *eine eigene Fragestellung*, o primeiro *Fragesteller* de impacto foi o Benedetto Croce que, em 1903, das páginas do primeiro número da revista *La Critica*, se interrogou, numa antecipação sartreana, “Che cosa è la letteratura comparata”, um título que fez história.

A ideia de que a procura do conhecimento só pode proceder através do confronto encontra-se bem radicada na história do pensamento. Aristóteles, na *Tópica*, retinha-a como grande princípio de todas as ciências. A dialética medieval explorará até à exaustão as técnicas da *disputatio*, que envolvem não só a pergunta e a resposta, como também todas as circunstâncias da argumentação. A *conversazione* polariza o universo antropológico renascentista. Por sua vez, John Stuart Mill recupera essa ideia através da mediação socrática, para além do peso da autoridade religiosa que sobre ela gravava, ao passo que Feyerabend a usa enquanto princípio da proliferação das teorias. Não será este o momento adequado para analisar os resultados de cada um dos posicionamentos evocados. Importa, antes, pôr em relevo o facto de que, sendo a pergunta lugar do confronto entre o diverso, ela foi colocada, por todo um filão crítico, no cerne do procedimento comparatista.

No artigo de *La Critica*, Croce perspectiva os dois caminhos que, em seu entender, se abrem aos estudos comparatistas: por um lado, o da mera erudição; por outro lado, o do estudo dos antecedentes, próximos ou remotos, práticos ou ideais, filosóficos ou literários, transmitidos através da palavra ou de outras formas de expressão artística, e que constituem a explicação completa da obra. O primeiro parece-lhe fastidioso, o segundo corre o risco de, em seu entender, não se diferenciar da história da literatura. Acaba por advogar uma via mediana, em que prevaleça a segunda tendência, que foi a que sempre procurou, ao longo da sua deriva, sem que nunca tivesse chegado, porém, a uma resposta acabada.

O pensador italiano trilhava vias que depois iriam ser seguidas por outros eminentes críticos, ao colocarem-se a mesma questão, como Earl

Miner ou George Steiner. Para Croce, a comparação não é apanágio exclusivo dessa área de estudos, ideia que será reforçada por Miner, Steiner e outros. Miner desenvolve o seu pensamento por via de redução, pois entende não existirem normas de *comparabilidade*. Steiner procede por extensão, ao considerar a comparação inerente a qualquer processo cognitivo, o qual nunca será, em sentido estrito, um processo de conhecimento, mas de re-conhecimento.

A indefinição de Croce paira, ainda hoje, sobre este domínio de estudos. *Qu'est-ce que la littérature comparée?*, é o título do manual recentemente publicado por Pierre Brunel, Claude Pichois e André-Michel Rousseau. No capítulo final, é-lhe reconhecida uma função heurística, cujas modalidades, porém, deverão ser adaptadas a cada caso, de tal forma que o comparatista seja um "*spécialiste*" de *générations*. A obra revela um conhecimento de domínios de estudo, de literaturas, línguas e metodologias extremamente extenso. Não obstante, as ideias condensadas na sua conclusão não vão além de um quadro vago e carente de sentido específico.

A série de questões enunciadas, aqui necessariamente apresentada nas suas linhas gerais, é a ponta de um icebergue onde se avoluma um conjunto de considerações teóricas de grande espectro. Tem no seu cerne um percurso de reflexão disciplinar que se estende desde os primórdios do século XX, com Croce, até aos nossos dias. A partir do Pós-guerra, ganhou densidade com a confluência de contributos ligados à teoria literária, à filosofia e às ciências sociais, que giram em torno da discussão acerca da linguagem. O confronto do literário com áreas que lhe são adjacentes, e não só no campo das humanidades, como também no campo das ciências exactas, fomentou, por consequência, o desenvolvimento de um espaço interdisciplinar que envolveu, muito directamente, a literatura comparada, e que teve grande impacto sobre o pensamento dos seus princípios metodológicos.

4. HERMENÊUTICA

A PERGUNTA ACERCA do que é a literatura comparada conflui naquela vasta indagação de ordem hermenêutica que se afirmou, no século XX, como proposta filosófica global. Hermes não só entregava as mensa-

gens dos deuses, como se fazia também seu intérprete, tornando-as inteligíveis, clarificando-as, comentando-as ou explicitando a respectiva simbologia. O fascínio da civilização grega por Hermes traduz aquela aspiração ao infinito da eterna metamorfose, representada por um deus volátil e ambíguo, ora jovem, ora idoso. Não conhecendo limites espaciotemporais, é-lhe dado estar em toda a parte ao mesmo tempo, numa atitude de permanente procura. Ora, o propósito de indagação, para lá de barreiras ou de situações definidas de antemão, é o território da comparatística. Sendo a pergunta lugar do confronto entre o diverso, a atitude hermenêutica apresenta-se como garante da abertura com que o objecto é apreendido, para depois proceder por exclusão dos argumentos que se revelam obstrutivos e por preponderância de razões, tendo na linguagem o seu campo de indagação privilegiado.

A necessidade de conceber um espaço de cruzamento entre um fenómeno literário e um outro fenómeno, no âmbito da sua compreensão e da sua interpretação, põe em jogo, com efeito, factores de ordem muito complexa, que implicam, além dos intervenientes directos num acto comunicativo e dos seus sequazes, também tempo, espaço e linguagem. Envolve, pois, toda aquela corrente de pensamento centrada em torno do conceito de *Dasein*, a partir do qual Heidegger orienta a questão em sentido ontológico, desenvolvendo os *Existentialien*. Desvinculada do historicismo, a hermenêutica ganha primordial importância, na medida em que o *Dasein* só pode ser explicado e clarificado através de uma pré-compreensão, que é a estrutura do *ser no mundo*, com abertura à alteridade e a perspectivas muito alargadas. Situam-se num horizonte de possibilidades históricas que são também, em sentido amplo, possibilidades linguísticas.

O pensamento de Heidegger, à medida que se vai expandindo, confere crescente importância à linguagem, na medida em que o ser só se dá através dela. Essa dimensão virá a ser explorada pela ontologia hermenêutica, com Gianni Vattimo e Hans-Georg Gadamer. Gadamer, em particular, considera-a como jogo que envolve toda a situação existencial. Na sua perspectiva, o homem move-se por entre determinadas regras do sistema linguístico que constituem, em sentido lato, a tradição, e que devem ser aceites como pressuposto da experiência. Na mediação entre falantes que se processa através da linguagem, são trans-

portadas verdades adquiridas, donde decorre o recolocamento da tensão entre experiência e elemento linguístico. A perspectiva segundo a qual não há verdadeiro saber nem verdadeira experiência à margem de um questionamento, levou-o a privilegiar as formas de manifestação artística como modalidade de abertura à indagação da verdade e como pressuposto de toda a experiência.

A negatividade da experiência corresponde ao reconhecimento de um limiar a partir do qual se estende o interesse pelo saber e a curiosidade científica, feita interrogação, qual *docta ignorantia*. Por isso, e sempre de acordo com o pensador alemão, é a própria essência da pergunta que implica que ela tenha um sentido orientado, que é também a direcção no âmbito da qual se move uma resposta sensata. Se não desemboca num vazio, é porque brota de um horizonte interrogativo consistente. A abertura pressupõe, assim sendo, uma delimitação dos princípios em que se baseia, a qual é, por si, conhecimento. Cada pergunta parte de uma situação que define as fronteiras do seu espaço e do seu tempo, bem como as correlatas possibilidades de visão, ou seja, um horizonte, que pode ser abrangente, limitado, fixo ou em movimento. A aquisição de conhecimento procede, então, segundo Gadamer, em direcção à captação do horizonte apropriado para colocar a pergunta. Qualquer definição é a resposta a uma questão, que interpreta historicamente, pelo que o método e a sua aplicação são sempre guiados pelo âmbito da pergunta que os sugere.

As estruturas de um determinado horizonte de compreensão assentam naquilo que designa como *prejuízos*, conceito que redime da conotação negativa que lhe tinha sido atribuída pelo Iluminismo, paralelamente à noção de *autoridade*. Em seu entender, a busca de racionalidade, nos termos em que foi perpetuada pelo historicismo oitocentista, visava uma objectividade do conhecimento que contraria a continuidade de toda uma tradição. A razão só pode ser actualizada em determinadas condições históricas. Por sua vez, a autoridade é drasticamente distinta do obscurantismo e do seguidismo cego, partindo do princípio de que a verdadeira autoridade é mantida, perpetuada e reafirmada pelo consentimento daqueles a quem diz respeito. Da reabilitação da autoridade e da tradição, nesses termos, resulta a negação da sua oposição à razão, legitimando assim o prejuízo. A distinção entre a sua probidade e a sua arbitrariedade efectua-se no

tempo. Passado e presente não são blocos estanques, encontrando-se ligados pela tradição, que é fonte de capacidade cognitiva. Por isso, o conhecimento não pode ser entendido como resultado de uma subjectividade, mas antes do posicionamento dentro dessa tradição, em cujo âmbito passado e presente se encontram intimamente fundidos. Os prejuízos do intérprete são expressão de verdade embebida pelo contexto da tradição, o que faz emergir o conhecimento genuíno. Então, um texto representa muito mais do que as intenções do seu autor, pois agrega igualmente as leituras históricas inseridas em cada horizonte, também ele histórico, num processo de interrogação constante, que põe à prova essas opiniões prévias, e que só se pode fazer através da mediação linguística. É nesse ponto que o conhecimento de uma situação hermenêutica se encontra com o horizonte que lhe é próprio, e a relação dialógica promove a intersecção entre intérprete e texto, pergunta e resposta, enfim, tradição e horizonte de compreensão onde se encontra incorporada. Como tal, o conhecimento nunca pode ser completo, tendo cada situação histórica o seu próprio horizonte. Quer o intérprete, quer a tradição específica em que cada um deles se insere, têm o seu próprio horizonte, pelo que qualquer horizonte é uma fusão de horizontes.

Tendo em linha de conta a excepcional craveira do pensamento de Gadamer, bem se pode considerar o entusiasmo das reacções suscitadas, algumas delas de extremo impacto, como é o caso das que ficam contidas em *Zur Logik der Sozialwissenschaften* de Jürgen Habermas. Na verdade, Gadamer não trata a hermenêutica como um método, mas antes como uma busca das condições da verdade, o que lhe valeu críticas, por operar uma deslocação da epistemologia para hermenêutica, estabelecendo uma oposição abstracta entre hermenêutica e experiência metódica. Além disso, o lugar que atribui aos prejuízos e à tradição, na compreensão e na interpretação, pressupõe possibilidades de circulação e de acesso à informação que a história tantas vezes desmente.

Este conjunto de questões irá marcar as relações entre hermenêutica filosófica e literária, a partir das quais se projectou um dos grandes movimentos de renovação da comparatística do século XX, a teoria da recepção.

5. TEORIA DA RECEPÇÃO

QUALQUER MANIFESTAÇÃO LINGUÍSTICA traz dentro de si outras enunciações, estando obviamente marcada pela alteridade, enquanto relação com outros interlocutores, consciências ou planos compreensivos e expressivos.

Que o *outro* habita a linguagem, bem o sabem os estudiosos, pelo menos a partir de Bachtin. Apesar de ser possível reproduzir, materialmente, o mesmo segmento verbal, não é possível repeti-lo como enunciação, já que uma enunciação é sempre nova. O crítico russo coloca uma questão muito premente, que diz respeito à possibilidade de estudar, cientificamente, unidades dotadas de carácter irrepitível. A resposta não pode deixar de ser positiva, já que a ciência passa sempre pelo estudo do singular, mas sem a pretensão de chegar a soluções absolutas, *ad aeternum*, numa permanente reconstrução do saber. Assim acontece com o estudo das relações mantidas entre as enunciações e os seus factores de ordem epocal, periodológica, genológica e assim sucessivamente. Daí o carácter intrinsecamente dialógico da linguagem e também da literatura. A enunciação é formalmente organizada, como tal, através de momentos extralinguísticos, que são dialógicos, mas está também ligada a outras enunciações, e esses momentos extralinguísticos e dialógicos penetram na enunciação, da mesma feita, a partir de dentro. Se qualquer manifestação linguística traz dentro de si as enunciações do *outro*, ela está obviamente marcada pela alteridade, considerada como relação com outra consciência ou com outro plano compreensivo.

A teoria da recepção recupera o valor dialógico da linguagem, nos termos de Bachtin, deslocando-a, todavia, para o campo da historicidade. A partir da concepção de horizonte, conforme concebida por Gadamer, Hans Robert Jauss e, com ele, a chamada escola de Constança, vincula a teoria da recepção literária a um *Erwartungshorizont* e ao tipo de abordagem pressuposta. Assim resulta superada a dicotomia, até aí sem solução, entre a ênfase, ou do papel do emissor, ou do papel do receptor. No primeiro caso, situava-se aquela crítica de fontes que, aplicada de forma mecanicista, remetia cada texto para um outro texto, situado a montante, que o tinha precedido. No segundo caso, situava-se a influência, que perspectivava de forma estática as repercussões de uma obra sobre outra que a seguisse. Ao considerar que a obra de arte

é recebida, interpretada e recriada de acordo com um horizonte de expectativas formado por uma tradição cultural, por um cenário sócio-cultural e por informações literárias previamente detidas, que orientam a compreensão do leitor, Jauss, seguindo os passos já anteriormente dados por Durisin, carrega novos dados para a comparatística e confere-lhes sistematicidade. Desta feita, recupera conceitos que há muito eram manejados pela crítica literária, mas para lhes dar um novo espaço de incidência, na medida em que períodos literários, géneros, fontes, influências, temas e mitos passam a ser considerados na sua dinâmica criativa, entre passado e presente, ao fazerem parte do horizonte do leitor. A partir do momento em que é valorizada a interação entre emissor, texto e receptor, tendo em linha de conta um contexto específico, nos seus aspectos sociológicos e históricos, então a apropriação de uma obra, num contexto diverso daquele onde foi produzida, implica um processo inerente a qualquer acto de comunicação. Por essa via, desfaz-se o preconceito da influência de uma literatura *maior*, que tem um papel activo, sobre uma literatura *menor*, considerada como ente passivo.

É claro que a teoria da recepção não pode ser reduzida a um bloco único, e o seu contributo para uma metodologia comparatista é aqui considerado como base geral, que foi explorada em várias direcções e complementada por outros contributos metodológicos. No quadro dos vários desenvolvimentos decorrentes da teoria da recepção, granjearam particular projecção as sistematizações de Wolfgang Iser e do Umberto Eco de *Lector in fabula* e de *I limiti dell'interpretazione*. O primeiro colocou a tónica sobre a *resposta do leitor*, mediante a qual este completa o texto, assim resolvendo aquela indeterminação, no acto de leitura, que o converte em seu *produtor*. Teve grande sucesso nos Estados Unidos, com Stanley Fish e o *reader-reponse criticism*. Mas, chegados a esse ponto, o círculo hermenêutico rompe-se, em prol do leitor. Por sua vez, o segundo mostrou como as estruturas do texto prevêm um leitor e um modelo de cooperação activa, de tal forma que o preenchimento de silêncios ou, até, de eventuais vazios, nunca desemboca numa deriva. Por via hermenêutica, Eco concebe uma metodologia comparatista com fundamentos semióticos.

O trabalho de Umberto Eco abre um capítulo marcante dos estudos de literatura comparada, apesar de a sua teoria crítica não se situar, tão explicitamente como em Jauss e Iser, no domínio da comparatística.

Trata-se, afinal, de um modelo semiótico do funcionamento geral do texto, aplicável a um espaço comunicativo muito vasto, para além do literário. Aliás, fora essa a via seguida pelo Roland Barthes de *Mythologies* e de *Le système de la mode*, quando contrapôs, às vias do formalismo, uma tipologia comunicativa que depois veio a ser desenvolvida pelos estudos culturais. Todavia, para que o literário não se dilua no comunicativo, enquanto objecto de estudo, tornam-se fundamentais quer a sua especificação, quer o reforço das articulações que o ligam a outros códigos. Na verdade, se a semiótica mostrou a diversidade do texto literário, relativamente ao jurídico ou ao jornalístico, pelo grande número de códigos que envolve, bem como pelo alto grau de informação que transmite, é a partir de uma ampliação da incidência da noção de sistema que, na senda de Lotman e Uspenskij, foi criado, por Even-Zoar, um modelo de relação intercódigos, o polissistema. Compreende e articula vários agregados semióticos, como sejam, o literário, outros sistemas de expressão artística e os sistemas da cultura. É um sistema múltiplo, formado por vários sistemas que se intersectam mutuamente e em parte se sobrepõem, ou com recurso a opções diversificadas, ou como um todo estruturado, cujos elementos são interdependentes. O literário, enquanto instituição, passa, pois, a ser compreendido e analisado na interrelação dinâmica e heterogénea entre os vários sistemas que o compõem e outros com que se articula, através de combinações em constante transformação – os processos de evolução literária.

As propostas que têm vindo a ser referidas, da teoria da recepção à teoria polissistémica, correspondem, de uma forma ou de outra, aos pressupostos hermenêuticos da indagação de sentido que levam à interpretação crítica ou semiótica, avançando para perspectivas metodológicas que, na sua fidelidade ao círculo hermenêutico, são trabalhadas a partir da integração da historicidade e da tradição. Nessa medida, complementam a indagação hermenêutica com uma perspectiva metodológica que terá de ser, necessariamente, fluida e abrangente.

6. ESTUDOS CULTURAIS

O DISTANCIAMENTO QUE HOJE SE VIVE, relativamente à vaga culturalista, viabiliza a elaboração não só de um balanço dos seus méritos,

como também dos factores que contribuíram para o seu apogeu e para a sua sucessiva evolução. Neste âmbito, tende a ser valorizada a reacção ao isolamento a que o fenómeno literário foi votado pela conceptualização da diferença e pelo formalismo. Recorde-se a deslocação operada, no campo filosófico, de um quadro que problematizava a relação entre consciência e realidade, para o plano da linguagem e da comunicação, naqueles mesmos anos em que o estruturalismo francês se difundia por toda a Europa e pelos grandes centros de produção cultural americanos, e em que a sociedade da informação e a informática registavam um incremento decisivo.

Foram tempos marcados pela recuperação do pensamento de Marx e de Freud, e também de Nietzsche, através de um movimento que ficou conhecido como *Nietzsche-Renaissance*. A questão da *diferença* emergiu, então, em primeiro plano, enquanto multiplicidade de forças não relacionadas, problematizando a possibilidade de elaborar uma codificação racional. A partir desse nó, distinguem-se duas linhas de pensamento. A primeira, procede por via afirmativa e decorre de Nietzsche. Considera a diferença plural, pois não concebe uma distinção única entre verdade e mentira, e reconhece o seu valor. A segunda, negativa, que tem por referência Heidegger, confere um alcance mais restrito à diferença, e não lhe atribui perspectivas. Em França, Gilles Deleuze e Michel Foucault seguem a corrente nietzschiana, ao passo que Derrida se associa à facção heideggeriana.

Em Itália, um dos mais brilhantes seguidores de Heidegger foi Giorgio Agamben, e a vertente nietzschiana foi desenvolvida por Gianni Vattimo, com as *aventuras da diferença*. Vattimo retoma a separação entre ser e valor, evento e sentido, que Nietzsche tinha por *doença*, para considerar a diferença como antídoto contra a unidimensionalidade, o monolitismo, a imposição, a violência, a razão dogmática. O niilismo do filósofo alemão é relançado numa perspectiva construtiva, na medida em que a desagregação da unidade não se faz motivo da angústia de uma escolha, desenvolvendo-se antes em pensamento crítico. A diferença evita, então, qualquer tipo de desgaste discursivo ou de fácil conciliação dialéctica. A fundamentação que se encontra na sua base é uma fractura que não pode ser superada, mas que garante a problematização.

Por sua vez, Jacques Derrida elabora uma complexa conceptualização em torno da prática de desconstrução. Sustém que a ilimitada

produção de sentido brota do fragmento, das margens e da desarticulação do discurso. A diferença é, pois, o limite inefável para além do qual são possíveis pensamento e linguagem, pelo que é negativa. Não sendo possível reconstruir o sentido originário do texto, não resta ao crítico senão pôr a descoberto a sua desarticulação e a ausência de limites na produção de sentido. O seu estilo será, necessariamente, fragmentário e descentrado, numa confluência entre literatura e filosofia descrente na possibilidade de uma busca hermenêutica. As posições de Derrida tiveram grande receptividade nos Estados Unidos, e, a partir delas, desenvolveram-se várias tendências críticas. O nome de Richard Rorty celebrou-se, em particular, pela introdução à antologia, que teve a sua primeira edição em 1967, *The Linguistic Turn*. A expressão logo adquiriu um significado emblemático. O crítico americano nota que, sendo um problema filosófico produto da adopção de uma série de assunções construídas a partir do vocabulário em que o problema foi colocado, a questão coloca-se em termos de *linguisticidade* e de texto. Esta posição condensa o movimento que vai progredindo ao longo do filão aqui apresentado em termos muito sintéticos, um movimento de convergência centrado sobre o texto e a sua formulação linguística.

No campo da literatura comparada, as reacções levaram à contraposição, ao *linguistic turn*, do *cultural turn*. Por um lado, para a literatura comparada, os estudos culturais representavam uma alternativa à tendência analítica, voltada para o texto. Acompanhavam e exprimiam a necessidade de uma maior atenção ao que está para além dele. Por outro lado, ao adoptarem uma perspectiva disciplinar transversal, com contributos das ciências sociais, da antropologia e da economia, os estudos culturais encontravam na literatura comparada um espaço de confluência disciplinar. No entanto, a presença do literário podia ser, por vezes, residual. Na verdade, esta via de pesquisa não era propriamente uma novidade. Registrara um grande desenvolvimento, no Reino Unido, na década de cinquenta, com Raymond Williams, Richard Hoggart e Stuart Hall, e, na década de setenta, com a escola de Birmingham. Todo o debate que se fazia em França, nos tempo do estruturalismo, em torno da linguagem, do poder e da subjectividade, era, pois, acompanhado por uma elaboração teórica e por trabalhos de campo sobre colonialismo, multiculturalismo, raça, etnia, classe, género.

Daqui decorre um vasto alargamento de campo, com o estudo de manifestações expressivas de índole extremamente diversa, pelo que diz respeito aos suportes comunicativos e aos níveis implicados. Por consequência, a distinção entre artístico e não artístico, literário e extra-literário, como que se esbate. O *boom* dos estudos culturais, no final do século XX, é muitas vezes visto, porém, como produto da massificação do ensino, do facilitismo, do esvaziamento ideológico e de estratégias de gestão economicistas. Os limites dessa situação podem ser muitos, entre um descritivismo vazio, a indiferenciação de um objecto de pesquisa em que tudo é cultura e os perigos do populismo. O populismo estético que é inerente ao pós-modernismo proporcionou até uma certa renovação da cultura canonizada através da assimilação de elementos populares. A questão residirá, todavia, naquele populismo cultural que considera a experiência do homem comum superior à da cultura instituída.

Perante este impasse, as novas perspectivas introduzidas pelos estudos culturais erigem-se, para a comparatística, em desafio a uma aferição de método e ao repensamento do lugar do texto.

Aliás, a especificação dos parâmetros que enformam a diversidade, ou seja, nacionalidade, língua, cultura, localização geográfica ou posicionamento temporal, deu lugar a um debate muito profícuo, para o qual as relações interdisciplinares entre, por um lado, os estudos literários, e, por outro lado, as ciências sociais e humanas, a filosofia e a antropologia, em muito contribuíram. É vastíssima a produção crítica que, nas décadas de oitenta e de noventa, foi dedicada a essa problemática por Eric John Hobsbawm, Terence Ranger, Ernest Gellner, Anthony David Smith, Homi Bhabha e Benedict Anderson. O novo xadrez internacional instaurado na sequência da Segunda Guerra, a transformação dos grandes impérios coloniais e as guerras do petróleo, colocaram na ordem do dia os conceitos de nação, de tradição nacional e de indenticidade.

As nacionalidades e os nacionalismos desde sempre se prestaram a fazer da literatura comparada um instrumento ao serviço de estratégias gizadas em função de ideias feitas de supremacia hierárquica, entre países considerados mais importantes ou menos importantes. Tanto a visão galocêntrica, como a correlativa visão eurocêntrica, que reduz a esfera do literário a um punhado restrito de literaturas (França,

Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Espanha e Rússia, quando muito), foram sujeitas a revisão. Superada a questão da instrumentalização das nacionalidades, é a incidência de critérios linguísticos, étnicos e políticos a ser aprofundada, enquanto dado essencial para o estudo de qualquer fenómeno de intersecção. A resposta a esse requisito decorre do conceito de locação, nos termos em que foi desenvolvido por Homi Bhabha e Chakrabarty. A língua, a nação, a cultura, a tradição, agem em simbiose, sempre em função de uma situação precisa, de um *quem*, de um *onde*, de um *como*.

Outros são os parâmetros a ter em linha de conta, para além das nacionalidades. A identidade não se esgota na simples pertença a um grupo social, nem, tantas vezes, a um Estado, sob risco de criar protótipos falseadores. É esse o cerne da literatura comparada, que investiga contrapontos e que joga com contrapontos, nunca com essências, admitido que alguma vez existam. Reconduzir a definição do objecto de estudo da literatura comparada à pura aplicação, ou à aplicação pura, desses parâmetros, é, hoje, um ideal. Se o intelectual é alguém sempre pronto para interrogar as categorias da sua própria existência, então todo o intelectual está, de certa forma, exilado, exilado do seu direito de nascimento, escreve Tzvetan Todorov, ao recordar a perda de Edward Said.

7. E A FILOLOGIA

O DINAMISMO DO DEBATE em torno dos novos caminhos da comparatística, na segunda metade do século XX, é acompanhado pela releição do método filológico e da crítica de fontes, aqui considerados na sua inter-relação, para um lugar de sombra. Todavia, tendo em linha de conta que a filologia foi, em determinado momento, baluarte da literatura comparada, esse deslocamento de campo ilustra o teor da evolução que entretanto se processou. É evidente que, no seio deste quadro geral, há a registar situações bastante diversificadas.

A situação italiana é, desde logo, uma excepção, pelo vigor que essa metodologia sempre foi conservando. Por um lado, um universo tão vasto e tão rico de textos e autores *ha salato il sangue* de sucessivas gerações de estudiosos, para retomar a expressão de Contini, quando

dizia que Cavalcanti *aveva salato il sangue a Dante*. Por outro lado, a velha guarda da filologia italiana manteve-se sempre fiel ao seu terreno de pesquisa, sem deixar de acompanhar as novas metodologias críticas, ao mesmo tempo que foi perpetuando e fortalecendo uma escola de transmissão de saber. A situação é bem diferente em Portugal, onde a escola filológica teve vida breve e ainda não retomou o seu passo.

Foi um dos membros daquela velha guarda, Cesare Segre, a fazer o diagnóstico de uma filologia esticada entre estruturalismo e abstracção. Quando distinguiu *intertextualidade* de *interdiscursividade*, esclareceu ambiguidades conceptuais acumuladas ao longo de todo esse percurso crítico, separando águas e travando a deriva. O conceito de intertextualidade fora utilizado por Julia Kristeva e pela crítica francesa das décadas de sessenta e de setenta, tendo recebido vários significados, a partir do desenvolvimento das premissas estabelecidas por Bachtin. Segundo o crítico russo, a língua é portadora das marcas dos enunciados de quem a usa, está habitada por intenções, o que dela faz, não um sistema abstrato de formas normativas, mas uma concreta opinião pluridiscursiva sobre o mundo. Ora, Segre mostra como a aplicação do conceito de intertextualidade à crítica de fontes é desviante. Na verdade, neste caso, não estão em causa intenções anónimas ou colectivas, mas intenções que possuem uma clara marca de fábrica, por terem sido usadas por outro escritor ou noutra texto, a ponto de poderem ser colocadas entre aspas. Através deste processo de reuso, cada utilizador pode modelar, de modo diverso, a carga literária inerente aos precedentes usos. A crítica de fontes estuda a interdiscursividade, dado que um texto chama um outro texto, ao passo que o dialogismo estuda a intertextualidade, pois um texto chama outros enunciados sem assinatura.

O confronto entre textos, escritos uns a partir dos outros, forma, de facto, como que uma continuidade de fotogramas, cuja nitidez é corroborada por uma leitura interpretativa em sucessão. Nessa medida, põe em evidência as potencialidades do comparatismo. Mostra, com clareza, a circulação de temas, formas e estilemas, e também o modo como se geram mecanismos de articulação entre textos e quadros histórico-culturais, diluindo a rigidez de fronteiras nacionais, linguísticas e até geográficas. Ora, é neste ponto de convergência entre filologia, crítica de fontes e literatura comparada, que se acumulam algumas das

mais delicadas questões que a literatura comparada enfrenta, na actualidade. Ao sair da sombra que a envolveu durante algum tempo, a filologia ressurgue num horizonte povoado por novos fantasmas. Na verdade, quando se reafirma como domínio essencial de acesso ao texto, através da sua materialidade, dos percursos de transmissão que seguiu, e das marcas de fábrica que traz, erige-se, igualmente, em potencial território de projecção dos estudos culturais.

O debate em torno da questão da identidade fez cair por terra o conceito estanque de literatura nacional, considerado como ideia-feita desprovida de flexibilidade. A identidade é hoje entendida em função de conjuntos coesos de elementos mais vastos e heterogéneos. Goethe, nas conversas com Eckermann, relativizava as literaturas nacionais, que considerava limitativas. Auerbach foi mais além, ao notar que o nosso lar filológico é a terra, não a nação. E quando, no final da sua vida, Edward Said prefacia Auerbach, não faz mais do que reafirmar o interesse que um estudioso de matriz culturalista sempre acalentou pela filologia.

Aliás, o próprio mapa da Europa sofreu, nas últimas décadas, uma grande reformulação de fronteiras nacionais, a qual, em certos aspectos, ainda se encontra em aberto. A nova geografia política, as migrações e o plurilinguismo, desenharam uma Europa cuja mancha geográfica não coincidia com o dirigismo centro-ocidental. A Oeste, Portugal, Fernando Pessoa, José Saramago e a Península Ibérica, e, a Leste, a União Soviética e o Médio Oriente, eram espaços apenas conhecidos por uma elite de especialistas. O que vários críticos hoje se perguntam, é se continua a ter sentido falar de literaturas nacionais dentro do espaço europeu, ou se não será mais adequado substituí-las por uma história literária europeia.

A ideia de literatura europeia preserva, pois, uma forte componente filológica e interdiscursiva, em torno da qual se articulam línguas e tradições textuais. As repercussões da aceitação da sua identidade têm por efeito a emergência das literaturas de outros continentes, que vão sendo melhor conhecidas. Há até alguns autores que deslocam o terreno da literatura comparada para o confronto entre literatura europeia e não europeia, enquanto trâmite que potencia o estudo de tradições, ou, se se preferir, de veios filológicos, efectivamente diferenciados.

Neste momento, encontram-se em curso significativas alterações de perspectiva. Se o estudo das literaturas nacionais, nos últimos anos, tem vindo a incorporar, de forma cada vez mais incisiva, um plano de integração comparatista, também a literatura comparada tende a alargar o seu raio de alcance. Armando Gnisci, no seu manual de literatura comparada, vai até às raízes da literatura europeia, dedicando um dos capítulos às *Antiguidades europeias*. Por sua vez, ao estudá-la como mito, Franca Sinopoli faz um levantamento de textos que nos mostra como é vasto o seu espectro, desde Pierre Bayle a Muratori, Brunetière, Eliot, Curtius e assim por diante.

Uma substituição dos vários espaços que dizem respeito às literaturas nacionais da Europa por uma literatura europeia, num momento, como o actual, ligado a convulsões geo-estratégicas tão prementes, não pode deixar de suscitar algumas perplexidades. O genérico distanciamiento da filologia, a partir do Pós-guerra, coincidiu também com os Tradados de Roma e de Maastricht. Há que não descurar, por isso, os riscos da reprodução dos antigos fervores nacionalistas dar lugar a um novo centrismo, através da substituição do nacional-local pelo nacional-Europa. Num momento em que estão a ser intensamente problematizados os novos recortes da comparatística, a distinção, operada por Segre, entre o plano da intertextualidade e o plano da interdiscursividade, recupera, uma vez mais, toda a sua razão de ser. Ao diferenciar uma via comparatista fundada na tal marca de fábrica, a filologia e a crítica de fontes, diga-se assim, de uma via sem assinatura, esse crítico mostra a necessidade de uma profunda reflexão acerca dos espaços de inter-relacionamento literário. Trata-se, então, de dar mais um passo em frente, no sentido da compreensão dos factores culturais em jogo.

Passa também por essa revisão o abandono dos velhos estigmas que pesam sobre a literatura comparada, e que na filologia encontraram um campo fértil de propagação, tanto mais que esta área de estudo se manteve durante algum tempo na sombra. Um mecanicismo hostil à teoria da recepção, o expurgo da heterogeneidade ou do cruzamento entre ramos, a valorização da influência, o estabelecimento prévio de uma hierarquia entre literaturas e línguas consideradas mais ou menos importantes, a marginalização do nível *baixo* e das formas de transmissão oral, são dos mais frequentes preconceitos. Por consequência, não

resta senão alargar ao domínio da filologia a proposta de Armando Gnisci, quando, numa época em que tanto se fala de estudos pós-coloniais, reclama a necessidade de mundializar e *descolonizar* as próprias mentalidades europeias. Tratar-se-ia, pois, de *descolonizar a filologia*, libertando-a dos desvios de perspectiva acumulados ao longo dos tempos, a partir de uma abertura culturalista.

As grandes sínteses de Spitzer, Auerbach ou Curtius, podem-nos parecer, hoje, lacunares e até demasiado direccionadas. Certo é que esses são os grandes quadros a que continuamos a recorrer, e que apenas encontraram sequência em estudos e levantamentos de pormenor. Por isso, um dos maiores desafios que, na actualidade, se coloca à literatura comparada, é a renovação do mapa da filologia europeia, nas suas articulações entre linhas, níveis e suportes, os quais só excepcionalmente foram considerados na sua interrelação.

Quando, em 1991, Luigi Berlinguer, Reitor da Universidade de Siena, preparava as comemorações dos 750 anos dessa instituição, resolveu chamar o actor Roberto Benigni, o qual lhe propôs, pura e simplesmente, recitar Dante. Efectivamente, no século XIV, a *Commedia* alcançou uma enorme difusão através da circulação oral do seu texto. Nas *Trecentonovelle*, há duas histórias que o ilustram, a de um ferreiro e a de um homem que conduzia um burro, e diziam os seus versos. Também Benigni, como qualquer bom toscano, tem orgulho em saber Dante de cor. Começou por recitar e explicar os cantos V e VIII do *Inferno*. O sucesso foi tal que, depois da de Siena, várias outras Universidades o convidaram para declamar a *Commedia*: Pisa, Roma, Pádua, Bolonha, Los Angeles. Daí, passou ao Festival de San Remo, a teatros, a estádios de futebol com lotação esgotada (para ouvir Dante), à televisão, ao *You Tube* e aos DVD que se vendem, a um preço acessível, juntamente com o semanário *L'Espresso* e o jornal *La Repubblica*. Num ápice, passou-se para uma escala de milhões de espectadores, que envolve um público transversal, e se alarga por uma plataforma intercontinental. Tão perto e tão longe do ferreiro de Dante.

Os comentários de Benigni, que acabaram de ser editados em volume, com um prefácio de Umberto Eco, foram um dos livros mais vendidos, em Itália, no ano de 2008. Nas páginas introdutórias, Eco começa por notar que o actor dá a conhecer ao grande público a língua do século XIV. Fá-lo, porém, com um tom, uma ênfase, uma técnica

de dicção e uma paixão tais, que é capaz de tornar inteligíveis construções sintácticas e léxico que, de outra forma, seriam dificilmente compreensíveis. A chave deste sucesso comunicativo reside na recuperação da oralidade. Benigni está a fazer o que faziam os contemporâneos de Dante, o ferreiro que martelava ao som dos versos da *Commedia*, ou o homem que tocava o burro ao seu ritmo. Para o próximo filme, Benigni revela já ter título, *La vita nuova è bella*.

Uma *nova* filologia?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agamben, Giorgio, *Stanze. La parola e il fantasma nella cultura occidentale*, Torino, Einaudi, 1974
- Aldridge, A. Owen (ed.), *Comparative Literature. Matter and Method*, Urbana, Chicago, London, University of Illinois Press, 1969
- Apter, Emily, *The Translation Zone. A New Comparative Literature*, Princeton / Oxford, Princeton University Press, 2006
- Auerbach, Erich, *Mimesis. The Representation of Reality in Western Literature*, with a new introduction by Edward Said, trans. Willard R. Task, Princeton, Princeton University Press, 2003 [1.ª ed. 1946]
- Bachtin, Michael, *L'autore e l'eroe. Teoria letteraria e scienze umane*, a cura di Clara Strada Janovic, Torino, Einaudi, [1988] 2000
- Barthes, Roland, *Oeuvres complètes*, édition établie et présentée par Eric Marty, Paris, Seuil, 1993-1995, 3 vol.
- Benigni, Roberto, *Il mio Dante*, con uno scritto di Umberto Eco, Torino, Einaudi, 2008
- Bhabha, Homi K., *The Location of Culture*, London, Routledge, 1994
- Brunel, Pierre / Pichois, Claude / Rousseau, André-Michel, *Qu'est-ce que la littérature comparée?*, Paris, Armand Colin, [1983] 2000
- Chakrabarty, Dipesh, *Habitations of Modernity. Essays in the Wake of Subaltern Studies*, with a foreword by Homi K. Bhabha, Chicago, Chicago University Press, 2002
- Croce, Benedetto, "La 'letteratura comparata' ", B. C., *Problemi di estetica e contributi alla storia dell'estetica italiana*, Bari, Laterza, 1949, pp. 71-76; apud Gnisci, 1997, pp. 73-78; versão revista do artigo de *La Critica. Rivista di Letteratura, Storia e Filosofia*, 1, 1903, pp. 77-80

- Curtius, Ernst Robert, *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter*, Bern, Francke, 1948
- Durisin, Dionyz / Gnisci, Armando (eds.), *Il Mediterraneo. Una rete europea*, Roma, Bulzoni, 2000
- Eco, Umberto, *Lector in fabula. La cooperazione interpretativa nei testi narrativi*, Milano, Bompiani, [1979] 2001
- Eco, Umberto, *Limiti dell'interpretazione*, Milano, Bompiani, [1990] 1999
- Eco, Umberto, *A passo di gambero. Guerre calde e populismo mediatico*, Milano, Bompiani, 2006
- Etiemble, René, *Comparaison n'est pas raison. La crise de la littérature comparée*, Paris, Gallimard, 1963
- Even-Zohar, Itamar, "Polysystem Theory", *Poetics Today*, 11, 1, 1990, pp. 9-94
- Ferroni, Giulio, *I confini della critica*, Napoli, Guida, 2005
- Fish, Stanley Eugene, *Is There a Text in this Class? The Authority of Interpretative Communities*, Cambridge Massachusetts, Harvard University Press, 1980
- Gadamer, Hans-Georg, *Gesammelte Werke*, Tübingen, Mohr, 1986-1995, 10 vol.
- Gadamer, Hans-Georg, *Verità e metodo*, traduzione e apparati di Gianni Vattimo, introduzione di Giovanni Reale, Milano, Bompiani, 2000
- Gardini, Nicola, *Letteratura comparata. Metodi, periodi, generi*, Milano, Mondadori, [2002] 2005
- Gnisci, Armando, *Decolonizzare l'Italia. Via della decolonizzazione europea n. 5*, Roma, Bulzoni, 2007
- Gnisci, Armando (ed.), *Letteratura comparata*, Milano, Bruno Mondadori, 2002, con textos de Armando Gnisci, Franca Sinopoli, Francesco Stella, Anna Trocchi, Domenico Nucera, Marina Guglielmi, Nora Moll, Francesca Neri, Elena Gajeri
- Gnisci, Armando / Sinopoli, Franca (ed.), *Manuale storico di letteratura comparata*, Roma, Meltemi, 1997
- [Goethe, Johann Wolfgang von] *Goethes Gespräche mit Eckermann*, Leipsig, Insel, 1949
- Guyard, Marius-François, *La littérature comparée*, avant-propos de Jean-Marie Carré, Paris, Presses Universitaires de France, 1951; 6. éd. mise à jour, 1978
- Habermas, Jürgen, *Zur Logik der Sozialwissenschaften*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, [1967] 1982
- Heidegger, Martin, *Essere e tempo*, nuova ed. italiana a cura de Franco Volpe sulla versione di Pietro Chiodi con le glosse a margine dell'autore, Milano, Longanesi, 2008 [*Sein und Zeit*, 1927]

- Iser, Wolfgang, *Der implizite Leser. Kommunikationsformen des Romans von Bunyan bis Beckett*, München, Fink, [1972] 1994, 3. Aufl.
- Jauss, Hans Robert, *Ästhetische Erfahrung und literarische Hermeneutik*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, [1982] 1984, 4. Aufl.
- Lotman, Jurij M. / Uspenskij, Boris A., *Tipologia della cultura*, a cura di Remo Faccani e Marzio Marzaduri, ed. riveduta e corretta, Milano, Bompiani, 2001
- Malato, Enrico (ed.), *Storia della letteratura italiana. La letteratura italiana fuori d'Italia*, Roma, Salerno, 2002 [vol. 12]
- Marnoto, Rita (ed.), *Caminhos da italianística em Portugal*, Coimbra, Instituto de Estudos Italianos da FLUC, 2004
- Marnoto, Rita (ed.), *Leonardo express*, Coimbra, Instituto de Estudos Italianos da FLUC, Editorial do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2004, com textos de Remo Ceserani, Gianni Vattimo, Armando Gnisci, Francesco Dal Co et alii
- Marnoto, Rita (ed.), “História da literatura italiana: vias, confins”, *Estudos Italianos em Portugal*, n.s., 2, 2007, pp. 397-443, com textos de Roberto Gigliucci, Rita Marnoto, Giulio Ferroni, Armando Gnisci
- McGuigan, Jim, *Cultural Populism*, London / New York, Routledge, [1993] 2003
- Miner, Earl Roy, *Comparative Poetics. An Intercultural Essay on Theories of Literature*, Princeton, Princeton University Press, 1990
- Pageaux, Daniel-Henri, *La littérature générale et comparée*, Paris, Armand Colin, 1994
- Popper, Karl R., *The Logic of Scientific Discovery*, London, New York, Routledge, 1992 [*Logik der Forschung*, 1934]
- Quondam, Amedeo, *Il naso di Laura. Lingua e poesia lirica nella tradizione del classicismo*, Modena, Ferrara, Panini, 1991
- Ribeiro, António Sousa / Ramalho, Maria Irene, “Dos estudos literários aos estudos culturais?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53, 1998-1999, pp. 61-83
- Ruprecht, Hans-George, “Comparatisme et connaissance: hypothèses sémiotiques sur la littérature comparée”, Parret, Herman / Ruprecht, H.-G. (eds.), *Exigences et perspectives de la sémiotique. Recueil d'hommages pour Algirdas Julien Greimas. I. Le paradigme théorique*, s.l. [Amsterdam], John Benjamins, 1985, pp. 307-323
- Said, Edward W., *Orientalism*, New York, Vintage Books, 1979

- Schmeling, Manfred, *Vergleichende Literaturwissenschaft. Theorie und Praxis*, Wiesbaden, Akademische Verlagsgesellschaft Athenaion, 1981
- Segre, Cesare, “Intertestualità e interdiscorsività nel romanzo e nella poesia” [1982], C. S., *Teatro e romanzo. Due tipi di comunicazione letteraria*, Torino, Einaudi, 1984, pp. 103-118
- Segre, Cesare, *Notizie della crisi. Dove va la critica letteraria?*, Torino, Einaudi, 1993
- Sinopoli, Franca (ed.), *Il mito della letteratura europea*, Roma, Meltemi, 1999
- Sinopoli, Franca, “Europa: immagini storiche e scritture geografiche. Un contributo all’analisi del linguaggio figurale e del tema topografico”, *Rivista di Studi Ungheres*, 4, 2005, pp. 60-76
- Steiner, George, *What is Comparative Literature? An Inaugural Lecture Delivered Before the University of Oxford*, Oxford, Clarendon Press, 1995
- Todorov, Tzvetan, “Letter From Paris. A Partial Portrait of Edward Said”, *Salmagundi*, 143, Summer 2004, pp. 3-17
- Van Tieghem, Paul, *La littérature comparée*, Paris, Armand Colin, 1931
- Vattimo, Gianni, *Le avventure della differenza*, Milano, Garzanti, 1980
- Wellek, René, “The Crisis of Comparative Literature”, Nichols Jr., S. G. (ed.), *Concepts of Criticism*, New Haven, Yale University Press, 1963, pp. 282-295
- Wellek, René, *Discriminations. Further Concepts of Criticism*, New Haven, Yale University Press, 1971